

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais – ITR em
31 de março de 2017

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às informações trimestrais - ITR	11

KPMG Auditores Independentes
Passeio das Castanheiras, 431 - Salas 407 a 411
Condomínio Tríade - Torre Nova York - Parque Faber Castell
13561-384 - São Carlos/SP - Brasil
Caixa Postal 708 - CEP 13560-970 - São Carlos/SP - Brasil
Telefone 55 (16) 2106-6700, Fax 55 (16) 2106-6767
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Lins - São Paulo

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos à atenção para a nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 2.255 mil durante o período de três meses findo em 31 de março de 2017 e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$ 662.457 mil, substancialmente pela reclassificação do passivo não circulante para o passivo circulante no montante de R\$ 573.380 mil, ensejado pelo descumprimento de cláusulas contratuais (“*covenants*”) em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, bem como divulga as ações que estão sendo implementadas pela Companhia para a reversão desse cenário. A continuidade operacional da Companhia depende da capacidade da Administração executar os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração. Conforme apresentado na referida nota explicativa, esses eventos ou condições, associados ao fato da Administração da Companhia estar negociando com as instituições financeiras e com os debenturistas o alongamento das dívidas vincendas e as alterações das cláusulas de *covenants* financeiros, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos- Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período três meses findo em 31 de Março de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações do valor adicionado acima referidas não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Carlos, 12 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

Notas explicativas às informações trimestrais - ITR

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua João Moreira da Silva, 509 Jardim Americano, Lins - São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009.

O objeto social da Companhia é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na Cidade de Bauru e finaliza-se no km 667 e 630, na Cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da Concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Decorrente desta concessão, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 411.600, dos quais R\$ 82.200 foram pagos à vista e o saldo devedor em 18 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 18.300, reajustados de acordo com o reajuste nas cobranças da tarifa do pedágio, já tendo sido integralmente liquidado;
- Pagamento de valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária. Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013; e
- Realização de investimentos na rodovia.

Conforme demonstrado na demonstração de resultado e no balanço patrimonial do período três findos em 31 de março de 2017, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 2.255 (R\$ 16.318 em 31 de março de 2016) e capital circulante líquido negativo de R\$ 662.457 (R\$ 678.621 em 31 de dezembro de 2016), principalmente pela reclassificação do passivo não circulante para o passivo circulante no montante de R\$ 158.879 e R\$ 414.501, de empréstimos e financiamentos e debentures, respectivamente, ensejado pelo descumprimento de cláusulas contratuais (“covenants”) em contratos de credores. Para fazer frente a suas obrigações contratuais a Companhia conta com o suporte dos acionistas por meio de integralizações de capital, sendo que para o período de três meses encerrado em 31 de março de 2017 foi integralizado o montante R\$ 11.350 de capital em recursos financeiros, bem como com recursos de terceiros, previstos para ocorrer nos planos de negócio da Companhia. Até a emissão destas informações financeiras a Administração da Companhia não obteve êxito nas negociações de obtenção de *waiver* junto aos seus credores, conforme mencionado nas notas explicativas 9 e 10, a

Administração da Companhia já iniciou as negociações com o BNDES e com os debenturistas objetivando o alongamento das dívidas vincendas e as alterações das cláusulas de *covenants* financeiros. As informações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Companhia, tendo em vista que os seus negócios têm se comportado conforme esperado em projetos da mesma natureza.

Os planos da Administração visam a recuperação dos resultados operacionais positivos ao longo dos próximos exercícios. Para isso a Administração busca a contínua eficiência operacional e conseqüentemente a redução dos custos de operação e manutenção da rodovia. Adicionalmente as projeções futuras de mercado indicam a melhoria do cenário econômico, que conjuntamente com a correção anual das tarifas, conforme previsto no contrato de concessão, e a retomada do crescimento econômico com impacto positivo no tráfego da rodovia, permitirão à Companhia aumentar suas receitas.

2 Apresentação das informações contábeis intermediárias e principais políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Estas informações trimestrais foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das informações financeiras de 31 de dezembro de 2016 e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. As informações de notas explicativas que não tiveram alterações significativas ou aquelas que apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a 31 de dezembro de 2016 não foram repetidas integralmente nestas informações trimestrais. Entretanto, informações foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridas, possibilitando o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia desde a publicação das informações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Na preparação destas informações intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não tiveram alterações relevantes na preparação destas informações intermediárias em relação as informações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras.

As informações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de

Administração em 12 de maio de 2017.

Todas as informações relevantes próprias das informações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Novos IFRS e Interpretações do IFRIC (Comitê de interpretações de informação do IASB) aplicável às informações financeiras consolidadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada, a seguir são destacadas as principais alterações:

- **Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7):** As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.
- **Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12):** As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.
- **IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes):** A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.
- **IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.
- **IFRS 16 Leases (Arrendamentos):** A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

Outras alterações

A Companhia está avaliando os possíveis impactos que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2017	31/12/2016
Caixa	1	1
Bancos	1.108	3.133
Fundo de troco/numerários trânsito	160	160
	<u>1.269</u>	<u>3.294</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 20.

4 Aplicações financeiras

	31/03/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras	23.088	26.556

Aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco Bradesco, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES e Debêntures, veja maiores detalhes nas notas explicativas nº 9 e 10.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 20.

5 Contas a receber

	31/03/2017	31/12/2016
Pedágio eletrônico	8.439	9.129
Visa - vale-pedágio	232	132
Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda.	382	839
DBTrans S/A	146	157
Outros	302	302
	<u>9.551</u>	<u>10.559</u>

O contas a receber da Companhia não apresenta montantes vencidos e nem histórico de inadimplência. Dessa forma, não existe ajuste para provisão para redução do valor recuperável sobre o contas a receber.

6 Transações com partes relacionadas

A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores no trimestre e nove meses findos em de 31 de março de 2017 e 2016:

Descrição	31/03/2017	31/03/2016
Diretores estatutários	11	11

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia.

A Companhia submete todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas.

Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

a. Contas patrimoniais

	Nota	<u>Saldo em aberto em</u>	
		31/03/2017	31/12/2016
Ativo			
<i>Adiantamentos a fornecedores e outros créditos</i>			
BRVias Holding VRD S.A.	(i)	764	749
BRVias S.A.	(vii)	<u>2.258</u>	<u>2.189</u>
Total adiantamentos a fornecedores		<u>3.022</u>	<u>2.938</u>
Passivo			
<i>Serviços prestados</i>			
Empresa Princesa do Norte S.A.	(iii)	152	152
Splice Ind e Com de Serviços	(iv)	7	88
Marília Transporte Ltda.	(iii)	-	1
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial	(vi)	<u>-</u>	<u>10</u>
Total fornecedores (nota explicativa nº 11)		<u>159</u>	<u>251</u>
Total do passivo		<u>159</u>	<u>251</u>

b. Transações que afetaram o resultado

	Nota	<u>Valor da transação no resultado</u>	
		31/03/2017	31/03/2016
<i>Serviços prestados</i>			
Empresa Princesa do Norte S.A.	(iii)	-	(438)
Splice Ind e Com de Serviços	(iv)	(279)	(282)
BRVias S.A.	(vii)	(750)	(1.245)
Barbará Obras e Edificações Ltda.	(ii)	-	(31)
Avine Engenharia Ltda EPP	(v)	-	(82)
Noroestecom Telecomunicações S/A.	(viii)	(16)	(20)
Conservação Sorocabana Ltda.	(ii)	-	(1)
Marília Transporte	(iii)	-	(2)
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial	(vi)	<u>(38)</u>	<u>(37)</u>
Total fornecedores		<u>(1.083)</u>	<u>(2.138)</u>

- (i) São serviços administrativos tais como publicação de balanço e outros que foram pagos pela Companhia;
- (ii) As transações referem-se à execução direta e/ou indireta as obras e serviços de engenharia previstas nos itens do programa de exploração de rodovia;
- (iii) Serviços de transportes de pessoal;
- (iv) Execução de serviços de operação de equipamentos eletrônico de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia;
- (v) Serviços de consultoria de engenharia;
- (vi) Serviços de consultoria administrativa;
- (vii) Serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviços Compartilhado; e

(viii) Outros serviços diversos.

7 Imobilizado

	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2016	4.042	4.937	1.654	131	10.764
Adições	193	50	202	1.871	2.316
Baixas	-	(100)	-	-	(100)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.235	4.887	1.856	2.002	12.980
Adições	22	7	13	-	42
Saldo em 31 de março de 2017	4.257	4.894	1.869	2.002	13.022
Depreciação acumulada					
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(1.693)	(2.210)	(667)	(68)	(4.638)
Depreciação do período	(568)	(538)	(175)	(26)	(1.307)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(2.261)	(2.748)	(842)	(94)	(5.945)
Depreciação no período	(152)	(259)	(46)	(6)	(463)
Saldo em 31 de março de 2017	(2.413)	(3.007)	(888)	(100)	(6.408)
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2016	1.974	2.139	1.014	1.908	7.035
Em 31 de março de 2017	1.844	1.887	981	1.902	6.614

8 Intangível

	Praças de pedágio	Recuperação da rodovia	Sistema de arrecadação	Direito de outorga(i)	Outros-concessão(ii)	Software	Total
Custo							
Saldo em 01 de janeiro de 2016	35.087	433.883	7.796	413.597	115.527	2.971	1.008.861
Aquisições e construções	119	20.561	258	-	35.320	303	56.561
Saldo em 31 de dezembro de 2016	35.206	454.444	8.054	413.597	150.847	3.275	1.065.423
Aquisições e construções	-	1.175	-	-	3.602	-	4.777
Baixas	(86)	-	-	-	-	-	(86)
Saldo em 31 de março de 2017	35.120	455.619	8.054	413.597	154.449	3.275	1.070.114
Amortização acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(7.997)	(20.040)	(1.565)	(44.465)	(6.708)	(930)	(81.705)
Amortização do período	(976)	(12.601)	(223)	(11.469)	(4.183)	(91)	(29.543)
Saldo em 01 de janeiro de 2017	(8.973)	(32.641)	(1.788)	(55.934)	(10.891)	(1.021)	(111.248)
Amortização do período	(161)	(2.086)	(37)	(1.893)	(707)	(15)	(4.899)
Saldo em 31 de março de 2017	(9.134)	(34.727)	(1.825)	(57.827)	(11.598)	(1.036)	(116.147)
Valor líquido contábil							
Em 31 de dezembro de 2016	26.233	421.803	6.226	357.663	139.956	2.254	954.175
Em 31 de março de 2017	25.986	420.892	6.229	355.770	142.851	2.239	953.967

(i) Conforme descrito na nota explicativa 1, a Companhia registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstramos a seguir:

2009

Valor da outorga	411.000
Ajuste a valor presente	(11.202)
Atualização monetária anterior ao início das atividades	13.799
	413.597

- (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Investimentos.

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada Custos dos serviços prestados, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o Direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.

Anualmente, ou a qualquer momento em que a Administração identifique algum risco no valor recuperável dos seus ativos, o cálculo do valor recuperável é avaliado com o objetivo de identificar possíveis riscos quanto à redução ao valor recuperável em relação à sua unidade geradora de caixa ("UGC"). Para o período findo em 31 de março de 2017 o tráfego de veículos equivalentes foi de 9.177 mil (em 31 de março de 2016 foi de 9.729 mil). O método para o cálculo do valor recuperável utilizado foi o fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras, sendo que a partir dessa avaliação a Administração não identificou necessidade de registro de redução ao valor recuperável.

9 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e liquidez, veja nota explicativa nº 20.

	Taxa de juros a.a.	Indexador	Vencimento	31/03/2017	31/12/2016
Finame-BNDES(i)	5,50%	-	2021	668	710
Finem-BNDES(ii)	2,41%	TJLP	2025	125.918	137.468
Finem-BNDES(ii)	2,41%	UMIPCA-M.	2025	63.068	68.852
CCB	5,00%	CDI	2017	15.117	15.092
Leasing	17,09% a 19,68%	-	2015 - 2016	1.523	1.766
Total (iii)				206.294	223.888
Parcela circulante				206.294	223.888

- (i) Empréstimo obtido junto ao BNDES, por intermédio de instituição financeira, na modalidade Finame para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens.
- (ii) Em 14 de dezembro de 2011, a Companhia firmou, em conjunto com o BNDES, contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R\$ 343.706, sobre 71,4% do principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal e durante o período de carência, com exigibilidade trimestral e sobre 28,6% do

principal da dívida incidem juros de 2,41% a.a. mais UMIPCA-M (Unidade Monetária IPCA), com exigibilidade anual e carência durante os dois primeiros anos. Recursos que foram e serão utilizados para investimentos na rodovia. O valor total de R\$ 343.706, sendo que, até 31 de dezembro de 2015, foram liberados R\$ 274.246. Conforme cláusulas contratuais firmadas entre as partes, o saldo de R\$ 41.923 será liberado durante o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016, concomitantemente ao cronograma de investimento do Contrato de Concessão, nas respectivas proporções de desembolso para cada subcrédito.

A amortização do principal dos subcréditos atrelados a TJLP será em 114 prestações mensais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2012 (Sub A), 15 de novembro de 2013 (Sub C e E), 15 de novembro de 2015 (Sub H e J). Já a amortização do principal dos subcréditos atrelados a UMIPCA-M será em 9 prestações anuais, divididas em cinco subcréditos e iniciadas em 15 de maio de 2013 (Sub B) e em 15 de janeiro de 2015 (Sub D, F, I e K). O Subcrédito G será utilizado na implantação de projetos sociais nas populações lindeiras ao longo da rodovia, a amortização deste subcrédito se dará em 114 parcelas mensais, a serem iniciadas em 15 de novembro de 2015, ao custo de TJLP.

Em dezembro de 2011 foi liberado o montante de R\$ 140.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 57.676 do Subcrédito A, R\$ 23.103 do Subcrédito B, R\$ 35.000 do Subcrédito C e R\$ 24.222 do Subcrédito D.

Em outubro de 2012 foi liberado o montante de R\$ 29.000 e em 14 de dezembro de 2012 foi liberado o montante de R\$ 6.000, referente ao subcrédito "C". Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em abril de 2013 foi liberado o montante de R\$ 30.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 18.694 do Subcrédito C e R\$ 11.306 do Subcrédito D. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em maio e junho de 2014 foram liberados o montante de R\$ 50.000, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 35.700 do Subcrédito H, R\$ 14.300 do Subcrédito I. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Em janeiro, maio e junho de 2015 foram liberados o montante de R\$ 46.783, referentes aos seguintes subcréditos: R\$ 7.511 do Subcrédito C, R\$ 28.039 do Subcrédito H e R\$ 11.233 do Subcrédito I. Estes recursos foram utilizados para investimentos na rodovia.

Garantias

- Cessão da totalidade dos Direitos Creditórios;
- Cessão do Crédito de Contas Vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Concessionária; e
- Aval da Comporte Participações S.A e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A, até que sejam cumpridas certas obrigações contratuais.

As garantias reais citadas acima são compartilhadas com a 1ª Emissão de Debêntures, na proporção do saldo devedor de cada dívida.

O financiamento ainda conta com a garantia no montante de R\$ 41.923 através de fiança bancária, que serão resgatadas quando do cumprimento das obrigações previstas no contrato com o BNDES.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 2.809 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. Em 31 de março de 2017 o montante a apropriar no resultado futuro totaliza R\$ 1.824.

As principais cláusulas restritivas dos contratos de financiamento com o BNDES descritos acima são as seguintes:

- Não realizar distribuição de dividendos, ou pagamentos de juros sobre capital próprio e ou pagamentos de juros ou principal de mútuos juntos aos controladores da Companhia cujo valor, supere o mínimo previsto em lei, até o final do exercício de 2017;

- Sem prévia e expressa anuência do BNDES, não se endividar em valores que superem R\$ 20.000 (valor atualizado anualmente no dia 31 de janeiro de cada ano pelo IPCA anterior), com exceção as dívidas permitidas;
- Não contrair mútuos com sua acionista e com partes relacionadas de sua acionista, sem prévia e expressa anuência do BNDES;
- Manter os seguintes índices financeiros:
 - Patrimônio líquido/Ativo total maior ou igual a 20%;
 - Índice de Cobertura da Dívida ICSD superior a 1,2;
 - Manter o índice “Dívida líquida / EBITDA anualizado” igual ou menor do que 5 (cinco) até dezembro de 2015, e igual ou menor do que 4 (quatro) a partir de janeiro de 2016, até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras para o período e exercício findos em junho e dezembro de cada ano, sendo que para o período encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia atingiu o índice de Dívida líquida / EBITDA de 6,26 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou menor a 4; e a Companhia atingiu o índice de ICSD de 0,72 ao passo que a cláusula contratual define que seja superior a 1,2, e como consequência, em 31 de março de 2017 o montante de R\$ 158.879 (R\$ 163.716 em 31 de dezembro de 2016), foi reclassificado do passivo não circulante para o passivo circulante em atendimento ao item 74 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. A Administração já iniciou as negociações junto ao credor, porém até a emissão destas informações financeiras a Administração não obteve sucesso na obtenção de *waiver* junto ao credor. Adicionalmente, em 20 de março de 2017 a Administração questionou o BNDES sobre as possíveis penalidades pelo descumprimento de *covenants*, o BNDES se posicionou informando que a implicação, é a possível aplicação de multa por inadimplemento não-financeiro. A Administração mantém os pagamentos de acordo com as condições contratuais pré-estabelecidas, inexistindo atraso financeiro.

Em 31 de março de 2017 a Companhia possuía R\$ 41.923 de linha de crédito aprovada junto ao BNDES e a liberar. A liberação ocorre mediante a comprovação dos investimentos previstos no cronograma de desembolsos apresentado ao BNDES.

- (iii) Os empréstimos e financiamentos possuem, em 31 de março de 2017, taxa média ponderada de 7,92% a.a.

10 Debêntures

Tipo de operação	Taxa de juros a.a.	31/03/2017	31/12/2016
Debêntures	7,75% a.a + IPCA	431.318	418.576

Em 04 de junho de 2012, a Companhia realizou a primeira emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 300.000. Foram emitidas 300 debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000, com vencimentos anuais, primeiro vencimento em 2018 e último vencimento em 04 de junho de 2027. As Debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 7,75% ao ano.

Cada uma das debêntures fará jus a juros, pagáveis a cada período de 12 (doze) meses contados da data de emissão, iniciando em 04 de junho de 2013 até 04 de junho de 2027.

Garantias

- Cessão da totalidade dos Direitos Creditórios;
- Cessão do Crédito de Contas Vinculadas;
- Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do Contrato de Concessão;
- Penhor da totalidade das ações emitidas pela Concessionária; e

- Fiança da Comporte Participações S.A., Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A., Breda Transportes e Serviços S.A. e Calas Participações S.A. a partir de 30 de junho de 2014, da BRVias Holding VRD S.A.

As Garantias Reais citadas acima são compartilhadas com o contrato de financiamento do BNDES da modalidade FINEM, na proporção do Saldo Devedor de cada Dívida.

As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes:

- Manter os seguintes índices financeiros:
 - Índice de Cobertura da Dívida ICSD superior a 1,3;
 - Manter o índice “Dívida líquida / EBITDA anualizado” igual ou menor do que 5,1 até dezembro de 2014, igual ou menor do que 4,5 até dezembro de 2015, e igual ou menor do que 3,5 até dezembro de 2017, igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento;
 - Manter o índice “Dívida líquida / Patrimônio líquido” anualizado igual ou menor do que 4,0 até dezembro de 2014, igual ou menor do que 3,5 até dezembro de 2015, e igual ou menor do que 3,0 até dezembro de 2018, igual ou menor do que 2,5 até dezembro de 2019 e igual ou menor do que 2,0 a partir de janeiro de 2020 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento;
 - Patrimônio líquido/Ativo total maior ou igual a 20%; e
 - Manter o índice “EBITDA/Despesas financeira” anualizado igual ou maior do que 1,5 até dezembro de 2016, igual ou maior do que 2,0 até dezembro de 2017 e igual ou maior do que 2,5 a partir janeiro de 2018 até final da liquidação das obrigações do contrato de financiamento.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras para exercício findos em dezembro de cada ano, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia atingiu o índice de ICSD de 0,72 ao passo que a cláusula contratual define que seja superior a 1,3; a Companhia atingiu os índices de Dívida líquida / EBITDA de 6,26 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou menor a 3,5; e EBITDA/Despesas financeira de 0,97 ao passo que a cláusula contratual define que seja igual ou maior que 1,5, e como consequência, em 31 de março de 2017 o montante de R\$ 414.501 (R\$ 409.738 em 31 de dezembro de 2016), foi reclassificado do passivo não circulante para o passivo circulante em atendimento ao item 74 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Administração já iniciou as negociações junto ao credor, porém até a emissão destas demonstrações financeiras a Administração não obteve sucesso na obtenção de *waiver* junto ao credor. A Companhia acredita que a anuência do credor para o descumprimento de *covenants* será obtido com data posterior às informações financeiras, uma vez que já está em tramitação interna junto aos comitês de aprovação do debenturista. A Administração mantém os pagamentos de acordo com as condições contratuais pré-estabelecidas, inexistindo atraso financeiro.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 2.214 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante a apropriar no resultado futuro em 31 de março de 2017 é de R\$ 1.408.

11 Fornecedores

	31/03/2017	31/12/2016
Fornecedores - partes relacionadas (nota explicativa 6)	159	251
Fornecedores diversos	12.515	16.454
Medições a pagar	2.649	2.698
Retenções (i)	15.680	16.253
Total	31.003	35.656

- (i) A Companhia adota como procedimento, realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Estes percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

11.1 Fornecedores – risco sacado

A Companhia possui contratos firmados com bancos para estruturar alguns de seus fornecedores a operação denominada “forfait”. Nestas operações os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para os bancos que, por sua vez, passam a ser credores da operação. A utilização de instituição financeira intermediando a aquisição de serviços com tais fornecedores tem por objetivo alongar o prazo de pagamento e contribuir para a melhoria do fluxo de caixa operacional. Considerando as características de tais transações e ciente do ofício CVM 01/2016 de 18 de fevereiro de 2016, a Companhia está apresentando o saldo de tais transações em rubrica específica

Em 31 de março de 2017, as taxas de desconto das operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras tiveram média ponderada de 120% a.m. à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

12 Provisão para manutenção - Contrato de concessão

A Companhia constitui provisão para manutenção tendo como objetivo mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas a medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

O saldo da provisão está demonstrado abaixo:

	31/03/2017	31/12/2016
Passivo circulante	26.275	32.293
Passivo não circulante	27.719	20.495
Total	53.994	52.788

Movimentação da provisão para manutenção

	31/03/2017	31/12/2016
Saldo inicial	52.788	40.057
Realização por consumo	(2.802)	(28.075)
Adições	4.008	40.806
Saldo final	53.994	52.788

13 Ativos e passivos fiscais diferidos

Em 31 de março de 2017 a Companhia reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, referente à diferença temporária da amortização do intangível e despesas

com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, conforme demonstrado:

	31/03/2017	31/12/2016
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa	32.874	32.669
Provisão para manutenção	18.358	17.948
Outras provisões temporárias	12	1.417
(-) Ativo fiscal não reconhecido (*)	<u>(42.008)</u>	<u>(42.799)</u>
	<u>9.235</u>	<u>9.235</u>
Passivo		
Custos dos empréstimos	(1.333)	(1.333)
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1) / IFRIC 12	<u>(27.802)</u>	<u>(28.132)</u>
	<u>(29.135)</u>	<u>(29.465)</u>
	<u>(19.900)</u>	<u>(20.230)</u>

- (*) Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos em sua totalidade com relação a estes itens por falta de premissas futuras com confiabilidade suficiente que permitisse o registro do ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) - Tributos Sobre o Lucro.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31 De março de 2017	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Movimentação no resultado	
			2017	2016
Ativo				
Prejuízo fiscal e base negativa	32.874	32.669	205	4.687
Provisão para manutenção	18.358	17.948	410	936
Outras provisões temporárias	12	1.417	(1.405)	29
(-) Ativo fiscal não reconhecido	<u>(42.008)</u>	<u>(42.799)</u>	<u>(791)</u>	<u>(5.652)</u>
	9.235	9.235	-	-
Passivo				
Custos dos empréstimos	(1.333)	(1.333)	-	-
Intangíveis – Efeito temporário	<u>(27.802)</u>	<u>(28.132)</u>	<u>330</u>	<u>330</u>
	(29.135)	(29.465)	330	330
	<u>(19.900)</u>	<u>(20.230)</u>	<u>330</u>	<u>330</u>

a. Créditos tributários

Em 31 de março de 2017, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

Descrição	31/03/2017	31/03/2016
a. Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	96.687	65.884

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

b. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro real. A alíquota efetiva demonstrada acima apresenta a melhor estimativa da administração da alíquota anual esperada.

Descrição	31/03/2017	31/03/2016
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(2.585)	(16.648)
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Despesas com imposto a alíquota nominal	879	5.660
(-) Adições permanentes	(3)	(115)
(+) Exclussões permanente	-	386
(-) Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos	(791)	(5.652)
(+/-) Outros créditos não reconhecidos	(415)	(609)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(330)	(330)
	13%	2%

14 Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e demais penalidades em decorrência das fiscalizações dos agentes reguladores. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de março de 2017, está provisionado o montante de R\$ 1.030 (R\$ 1.297 em 31 de dezembro de 2016), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Resumo da movimentação

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2016	754	543	1.297
Reversão de provisão	(163)	(104)	(267)
Saldo final	591	439	1.030

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$ 3.517 em 31 de março de 2017 (R\$ 3.517 em 31 de dezembro de 2016).

Descrição	31/03/2017		31/12/2016	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	31	1.535	31	1.535
Trabalhistas	38	1.982	38	1.982
Total	69	3.517	69	3.517

A Companhia possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$ 26.500 (nota

explicativa nº 21), seguro para possíveis atrasos em obras conforme previsto no edital licitatório no valor de R\$ 119.145 (nota explicativa nº 21) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, no qual a Companhia é responsável solidária.

15 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2017 o capital social da Companhia era composto de R\$ 389.000, sendo R\$ 333.561 já integralizados e R\$ 55.439 a integralizar e está representado por 194.500.000 de ações ordinárias e 194.500.000 de ações preferenciais.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei.

Conforme comentado na nota explicativa nº 9, por conta do contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia não poderá distribuir dividendos superiores ao dividendo mínimo obrigatório.

16 Receita operacional líquida

Abaixo a composição da receita operacional líquida:

	31/03/2017	31/03/2016
Receita de pedágios	45.606	44.158
Receita de construção	4.691	7.125
Receitas acessórias	85	83
Outras receitas	8	7
Tributos incidentes	<u>(3.741)</u>	<u>(3.661)</u>
Total	<u>46.649</u>	<u>47.712</u>

17 Gastos por natureza

Abaixo a composição do custo dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais:

	31/03/2017	31/03/2016
Serviços de terceiros	(6.994)	(9.275)
Com pessoal	(5.568)	(5.616)
Amortização e depreciação	(5.363)	(4.606)
Constituição de provisão para manutenção	(4.008)	(3.996)
Custo de contrato concessão	(2.961)	(2.610)
Outros	<u>(1.335)</u>	<u>(1.242)</u>
Total	<u>(26.229)</u>	<u>(27.345)</u>
Custo dos serviços prestados	(24.207)	(25.509)
Despesas administrativas e gerais (i)	(2.022)	(1.836)
Custo de construção	(4.691)	(7.125)

(i) As despesas administrativas são compostas basicamente por despesas com pessoal.

18 Resultado financeiro, líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos trimestres findos em 31 de março de 2017 e 2016 foram:

	31/03/2017	31/03/2016
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	356	1.172
Total das receitas financeiras	356	1.172
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(17.889)	(29.402)
Outras despesas financeiras	(781)	(1.660)
Total das despesas financeiras	(18.670)	(31.062)
Resultado financeiro líquido	(18.314)	(29.890)

19 Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41/ IAS 33 (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os trimestres findos em 31 de março de 2017 e 2016.

O cálculo básico de resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período.

O prejuízo diluído por ação é calculado por meio da divisão do resultado líquido atribuído aos detentores de ações pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

A seguir apresentamos os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação:

Memória de cálculo do resultado por ação

Período de três meses	Resultado do período	Quantidade ponderada de ações	Resultado por ação Básico e diluído - R\$ - Expresso em Reais
2017	(2.255)	389.000.000	(0,00580)
2016	(16.318)	289.000.000	(0,05646)

20 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Nota	Valor contábil			Total	Valor justo			Total
		Valor justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
31 de março de 2017									
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	1.269	-	1.269	-	-	-	-
Aplicação financeira	4	23.088	-	-	23.088	-	23.088	-	23.088
Contas a receber	5	-	9.551	-	9.551	-	-	-	-
Outros créditos		-	4.030	-	4.030	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	9	-	-	206.294	206.294	-	-	-	206.294
Debêntures	10	-	-	431.318	431.318	-	431.318	-	431.318
Fornecedores	11	-	-	31.003	31.003	-	31.003	-	-
Fornecedores – risco sacado	11.1	-	-	774	774	-	-	-	-

	Nota	Valor contábil			Total	Valor justo			Total
		Valor Justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros		Nível 1	Nível 2	Nível 3	
31 de dezembro de 2016									
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	3.294	-	3.294	-	-	-	-
Aplicação financeira	4	26.556	-	-	26.556	-	-	-	26.556
Contas a receber	5	-	10.559	-	10.559	-	10.559	-	-
Outros créditos		-	3.856	-	3.856	-	-	-	-
Passivos									
Empréstimos e financiamentos	9	-	-	223.888	223.888	-	-	-	223.888
Debêntures	10	-	-	418.576	418.576	-	418.576	-	418.576
Fornecedores	11	-	-	35.656	35.656	-	35.656	-	-
Fornecedores – risco sacado	11.1	-	-	6.865	6.865	-	-	-	-

b. Mensuração do valor justo

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de março de 2017.

c. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de preço e valor de mercado; e
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de liquidez

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, redução do tráfego e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento as necessidades operacionais do negócio.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

Cronograma de amortização da dívida

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados.

Em 31/03/2017	Contábil	Fluxo contratual	2017	2018	Acima de 2019
Empréstimos e financiamentos	206.294	258.140	41.126	42.469	174.545
Debêntures	431.318	670.231	-	46.411	623.820
Fornecedores	31.003	31.003	31.003	-	-
Fornecedores – risco sacado	<u>774</u>	<u>774</u>	<u>774</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>669.389</u>	<u>960.148</u>	<u>72.903</u>	<u>88.880</u>	<u>798.365</u>
Em 31/12/2016	Contábil	Fluxo contratual	2017	2018	Acima de 2019
Empréstimos e financiamentos	223.888	278.900	15.000	48.267	215.633
Debêntures	418.576	643.788	-	45.347	598.441
Fornecedores	35.656	35.656	33.036	-	-
Fornecedores - risco sacado	<u>6.865</u>	<u>6.865</u>	<u>6.865</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>684.985</u>	<u>962.589</u>	<u>54.901</u>	<u>93.614</u>	<u>814.074</u>

(*) o cronograma da dívida foi divulgado levando em consideração a não quebra de *covenants* conforme notas explicativas 9 e 10.

(iii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas entre outros. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de março de 2017 ativos ou passivos em moeda estrangeira, conseqüentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia não tem ações negociadas em mercado.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo IPCA - Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo, CDI - Certificado de Depósito Interbancário e TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

Perfil

Na data das informações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

		<u>Valor contábil</u>	
		31/03/2017	31/12/2016
Instrumentos de taxa pré-fixada			
Empréstimos e financiamentos		710	2.476
		<u>Valor contábil</u>	
	Risco	31/03/2017	31/12/2016
Instrumentos de taxa variável			
Empréstimos e financiamentos	TJLP	125.918	137.468
Empréstimos e financiamentos	UM-IPCA	63.068	68.852
CCB	CDI	15.117	15.092
Debêntures	IPCA	431.318	418.576

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do IPCA, CDI e TJLP, principal exposição de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros as estas variáveis são apresentadas abaixo:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do IPCA e TJLP.

(ii) Seleção dos cenários

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa do IPCA de acordo com as projeções obtidas pelo BACEN - Relatório FOCUS e a TJLP obtida no BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, ambas em 31 de dezembro de 2016.

Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA e TJLP foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da IPCA e TJLP é apresentada na tabela abaixo:

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2017		Risco	Cenários					
				Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
				Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Empréstimos e financiamentos	125.918		Aumento TJLP	7,50%	(9.444)	9,38%	(11.805)	11,25%	(14.166)
Empréstimos e financiamentos	63.068		Aumento UMIPCA	1,84%	(1.161)	2,30%	(1.451)	2,76%	(1.741)
CCB	15.117		Aumento CDI	14,25%	(2.154)	17,81%	(2.693)	21,38%	(3.231)
Debêntures	431.318		Aumento IPCA	9,32%	(40.199)	11,65%	(50.249)	13,98%	(60.298)
Total dos passivos financeiros	635.421	***	***	***	(52.958)	***	(66.198)	***	(79.436)
Impacto no resultado do período apresentado							(13.239)	(13.239)	

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2017		Risco	Cenários					
				Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
				Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Empréstimos e financiamentos	125.918		Redução TJLP	7,50%	9.444	5,63%	7.083	3,75%	4.722
Empréstimos e financiamentos	63.068		Redução UMIPCA	1,84%	1.161	1,38%	870	0,92%	580
CCB	15.117		Redução CDI	14,25%	2.154	10,69%	1.616	7,13%	1.078
Debêntures	431.318		Redução IPCA	9,32%	40.199	6,99%	30.149	4,66%	20.099
Total dos passivos financeiros	635.421	***	***	***	52.958	***	39.718	***	26.479
Impacto no resultado do período apresentado							13.239	13.239	

A Companhia não apresenta quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais das informações financeiras em 31 de março de 2017.

(iv) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ARTESP - Agência de Transportes do Estado de São Paulo) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

(v) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de *rating*. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

21 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da Companhia, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Garantia operação	Mai/2016 a Mai/2017	79.679
Garantia ampliação	Mai/2016 a Mai/2017	119.145
Operacionais	Mai/2016 a Mai/2017	24.860
Responsabilidade Civil	Mai/2016 a Mai/2017	33.300
Engenharia	Mai/2016 a Mai/2017	25.968
Engenharia – Obra Bauru	Mai/2016 a Mai/2017	53.500

Em virtude da aquisição de dos veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de Responsabilidade Civil contra Terceiros (Danos Materiais, Corporais e Morais).

22 Benefícios a empregados

A Companhia mantém os seguintes benefícios de curto prazo a empregados e administradores: auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale alimentação.

Não é política da Companhia conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

23 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

24 Risco regulatório

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entende-se que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distantes de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com a apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na nota explicativa nº 23.

A Companhia, durante o curso normal das suas atividades está sujeita a fiscalizações do órgão regulador, estando suscetível a questionamentos e as penalidades cabíveis, caso não esteja atendendo as obrigações licitatórias. Para os questionamentos realizados pelo órgão regulador a Companhia realizou os devidos esclarecimentos e com base neste fato, e na avaliação dos seus assessores jurídicos, não constatou qualquer evento relevante que possa afetar as suas informações financeiras.

25 Compromissos

Decorrente da verba de fiscalização

A Companhia assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento no valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária, portanto em 27 de junho de 2013 foi publica no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013, conforme descrito na nota explicativa nº 1.

Investimentos

De acordo com o programa estadual de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. Esse montante a realizar

em 31 de março de 2017 totaliza R\$ 842.902, valor nominal.

26 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2.

Durante o período findos em 31 de março de 2017 a Companhia adquiriu ativo intangível no montante de R\$ 4.777, dos quais R\$ 437 são itens não caixa referente às retenções parciais do valor de serviço contratado - fornecedores, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros.

27 Outros assuntos

Em 01 de julho de 2016, foi cumprido na sede da Companhia o Mandado de Busca e Apreensão, expedido pelo Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de obter evidências para investigação de diversos financiamentos concedidos pelo FI-FGTS, tendo sido pela Companhia disponibilizadas todas informações solicitadas.

A Companhia contratou especialistas externos para conduzir investigação interna independente, sobre o tema supracitado, compreendendo o período de março de 2011 à maio de 2012. A investigação não identificou riscos legais atribuíveis à Companhia com relação aos fatos da investigação.

Até o momento, não houve qualquer desdobramento desta ação, sendo que a Companhia nunca figurou como parte investigada em qualquer procedimento. Caso haja algum desdobramento futuro que impacte a Companhia, nesse momento não se é possível estimar quaisquer efeitos que esses teriam sobre as nossas demonstrações financeiras. A Companhia continua à disposição das autoridades legais para prestar esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

* * *

Diretoria

Marcos Máximo de Novaes Mendonça
Diretor Financeiro

José Efraim Neves da Silva
Diretor Administrativo

Ricardo de Souza Adenes
Diretor de Relações com Investidores

Antônio Vieira Netto
Diretor de Engenharia

Heloisa Custódio de Oliveira
Diretora de Operações

Conselho da Administração

Antônio Roberto Beldi
Henrique Constantino

Ricardo Constantino
Ricardo de Souza Adenes

Contador
Marcelo Carlos Biancolini
Contador - CRC/SP nº 1SP236252/O-0